

REPÚBLICA DOS ARAPONGAS

Buscas reacendem articulação por pautas anti-STF

Pacheco e Lira resistem a pressão para agilizar projetos que esvaziam poder da Corte, e bolsonaristas ameaçam obstruir projetos de interesse do governo, como regulamentação da reforma tributária, em reação às ações contra Ramagem e Jordy

CAMILLA TURIELLI
colaboração de Fabiano Augusto de
Melo

Inflamada após as ações da Polícia Federal contra os deputados Alexandre Ramagem (PL-RJ) e Carlos Jordy (PL-RJ), a ala bolsonarista do Congresso Nacional ameaça atrapalhar as votações de interesse do governo, além de elevar a pressão para o avanço de pautas que esvaziam o poder do Supremo Tribunal Federal (STF). O grupo pressiona, sem sucesso até o momento, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para endossar a empreitada.

Lira não deu sinais de que irá embarcar no discurso e se manteve distante da repercussão dos últimos acontecimentos. Pacheco deve seguir o mesmo caminho, sobretudo após o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que o chamou de "frouxo".

Apesar disso, a oposição quer se reunir com os dois presidentes na próxima semana em busca de uma "resposta institucional de defesa do Parlamento". Do lado do Senado, a incumbência ficou a cargo do se-

nador Rogério Marinho (PL-RN). Já na Câmara, o deputado Sístenes Cavalcante (PL-RJ).

—Vamos defender um diálogo, uma construção política, para uma demonstração de fortalecimento do Congresso. Se por algum motivo isso não for possível, então a oposição passará a agir como oposição — afirmou Sístenes ao GLOBO.

Entre os projetos em tramitação no Legislativo que vão entrar na "lista de exigências" da oposição está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dá poderes ao Congresso para sustar decisões do Supremo Tribunal Federal que "extrapolem os limites constitucionais", além da que restringe decisões monocráticas, atualmente, na Câmara.

Mas novos projetos também devem entrar nesse rol após o fim do recesso, como uma proposta do deputado Rodrigo Valadares (União-CE). Ele quer aprovar a exigência da autorização das mesas diretoras do Congresso para ações policiais contra deputados ou senadores. Antes da operação contra Ramagem, o texto tinha 55 das 171 assinaturas necessárias, incluindo a do líder do partido de Valada-



Aliados. Arthur Lira e Rodrigo Pacheco não deram sinais de que vão embarcar na articulação da oposição

res, o deputado Elmar Nascimento (União-BA).

Diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo Bolsonaro, Ramagem foi alvo de mandados de busca e apreensão ontem, pela suspeita de monitoramento ilegal de desafetos do ex-presidente. Já Jordy entrou na mira da Polícia Federal na semana passada pela suspeita de organizar atos antidemocráticos.

Neste fim de semana, um grupo de deputados federais e estaduais do PL está reunido com o ex-presidente Jair Bolsonaro, em Angra dos Reis, para o lançamento da pré-candidatura do empresário Renato Araújo, que vai concorrer à prefeitura da cidade fluminense. No encontro, parlamentares aproveitaram para traçar algumas possíveis reações nos curto prazo.

A radicalização da oposição preocupa parlamentares de centro-direita que vem no movimento um possível obstáculo para pautas econômicas. Isso porque o PL, maior bancada da Câmara, com 95 deputados, entregou votos importantes para projetos como a reforma tributária (17 votaram a favor) e offshores (12 votos sim).

A oposição deu um sinal de que irá deixar clara sua irritação com as operações no ini-

cio da semana. Em um ato que contou com a presença do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), parlamentares anunciaram que o acordo anterior, que previa o deputado Filipe Barros (PL-PR) na liderança da oposição este ano será quebrado, reconduzindo Carlos Jordy ao posto. Desta forma, dizem os membros da oposição, o parlamentar do PL assumirá um papel simbólico contra aquilo que consideram "abusos do Supremo Tribunal Federal".

BATE-BOCA

No dia em que a operação contra Ramagem foi divulgada, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, chamou Pacheco, que é presidente do Congresso, de "frouxo" e "omisso", devido à ação da PF nas dependências do Legislativo federal. O senador rebateu, acusando o cacique de não ter força política e "passar pano" quando trata de assuntos relacionados ao STF.

Valdemar também cobrou que Pacheco aja pelo impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, responsável pela decisão que autorizou a operação. Valdemar classificou a investigação a PF como "perseguição".

Mensagem aponta uso indevido de programa espion

'Gente nossa que fez um monte de coisa errada, escreveu integrante da Abin. no ano passado, para diretor de Operações

PAOLA SERRA
perfil: @paola.serra
colaboração de
Melo

Mensagens obtidas pela Polícia Federal revelaram que funcionários da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) reconheceram a utilização indevida do "First Mile", programa secreto israelense que permitia monitorar a localização de pessoas por meio de dados de celulares. Segundo investigadores, o fato revela uma "gravidade ímpar".

Uma dessas mensagens foi enviada no ano passado por um integrante da agência a Paulo Maurício Fortunato, então diretor de Operações

de Inteligência da Abin. Na conversa, o homem diz ao investigador: "Gente nossa que fez um monte de coisa errada". Em outro texto encaminhado, o mesmo servidor escreve: "Um esforço específico de conversar com o nosso ministro a respeito abrindo tudo o que aconteceu para ele".

Os diálogos ocorreram após O GLOBO revelar, em março do ano passado, que a Abin usou durante o governo Bolsonaro um sistema secreto com capacidade de vigiar os passos de alvos selecionados em todo o país. Após o escândalo vir à tona, a Polícia Federal instaurou um inquérito

para apurar os fatos.

Em outubro do ano passado, a PF deflagrou uma operação para buscar provas do uso indevido da ferramenta de espionagem — e apreendeu celulares de suspeitos. Após analisar mensagens dos aparelhos telefônicos, investigadores destacaram em um relatório encaminhado ao Supremo Tribunal Federal neste ano que "elementos de prova colhidos podem trazer o intento de embaraçar as investigações em curso, conduta de gravidade ímpar".

Essa conclusão fundamenta a operação realizada na última quinta-feira na sede da Abin. Ação policial também atingiu o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-chefe da agência no governo Bolsonaro.

Diálogos ocorreram após O GLOBO revelar uso de ferramenta secreta

Procurado, Paulo Maurício informou que não iria se manifestar. A Abin diz em nota que "vem colaborando com inquéritos da Polícia Federal e do Supremo Tri-

bunal Federal sobre eventuais irregularidades cometidas no período de uso de ferramenta de geolocalização, de 2019 a 2021" e que "é a maior interessada na apuração rigorosa dos fatos e continuará colaborando com as investigações". Em entrevista à GloboNews, Ramagem diz que nunca praticou qualquer ilegalidade.

No documento que originou a operação deflagrada na quinta-feira, a PF apontou indícios de um "possível conluio" entre os investigados pela suposta espionagem ilegal e a atual gestão da Abin. "As ações realizadas pela al-

gestão atual, dessa forma, se mostram prejudiciais à presente investigação posto que transparecem aos investigadores realidade distinta dos fatos gravosos colacionados ao longo da presente investigação técnica", diz o relatório da PF.

A Polícia Federal aponta que integrantes da Abin afirmaram, em depoimento, que a "DG" (Diretoria-Geral), teria convencido os servidores de que "há apoio lá de cima". Não há detalhes a quem os servidores estavam se referindo.

A Polícia Federal aponta que o então número 2 da Abin, Alessandro Moretti, teria realizado uma reunião no dia 28 de março do ano passado com os investigados pela PF, ocasião em que disse que o procedimento teria "fundo político e iria passar". Procurado, Moretti disse que está de férias e não pode falar.

Currículo de promotora do caso Marielle foi recuperado pela CGU

Dados sobre Simone Sibilio haviam sido impressos pela 'Abin paralela'

PATRICK CAMPOREZ
E PAOLA SERRA
perfil: @patrickcamporez
colaboração de
Melo

O currículo de uma promotora de Justiça do Rio responsável por investigar o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) foi recuperado pela Controladoria-Geral da União (CGU) entre uma série de documentos impressos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que estão sob investigação.

De acordo com a CGU, foi identificado no servidor o resumo do currículo de Si-

lione Sibilio, que coordenava o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e atuou na força-tarefa do inquérito sobre o homicídio da parlamentar, ocorrido em 2018. A promotora deixou o caso em 2021.

No relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a PF aponta que o documento "tem a mesma ausência de identidade visual nos moldes dos Relatórios apócrifos da estrutura paralela" que supostamente funcionavam na Abin.

A investigação teve início após O GLOBO revelar o caso, em março do ano passado, que a Abin utilizava um programa para monitorar brasileiros clandestinamente. Na época, a pasta solicitou acesso a uma sindicância da Abin sobre "First Mile", a ferramenta israelense que permitia identificar a localização de pessoas por meio de seus celulares.

Com o avanço das apurações, a CGU descobriu que impressões feitas na Abin deixavam um rastro, pois geravam o chamado "log", es-



Monitorada. Simone Sibilio coordenava o Gaeco e atuou no caso Marielle

pécie de registro no sistema que mostra a identidade do usuário do equipamento. A partir daí, 120 gigabytes (GB) de documentos foram recuperados e compartilhados com a PF. É nesse conjunto de documentos que está o currículo da promotora.

A investigação da CGU também apontou que foram produzidos relatórios sem a logomarca da Abin sobre pessoas que não tinham qualquer relação com as atribuições da agência ou que não eram alvos de trabalhos em curso. Parte desses documentos foram elaborados pelos policiais federais

levados para atuar na agência pelo então diretor, Alexandre Ramagem (PL-RJ), atualmente deputado federal e alvo de operação da PF anteontem.

Em entrevista à GloboNews, Ramagem afirmou que cabe à Polícia Federal verificar quem foi o servidor que incluiu o currículo da promotora no sistema da Abin.

—Quando chegou a mim a questão da Marielle eu falei: "como é possível?". Ai eu verifiquei que não tem nada a ver com o sistema. É o currículo da promotora e parece que é uma informação que circula aí. A inteligência é a coleta de dados e de informações. Se tem um servidor, e eu não sei quem acessou, tem que verificar, Polícia Federal, quem alimentou quem é a pessoa que colocou o currículo da promotora. E perguntar a essa pessoa o porquê — disse.